

QUESTÕES ASSOCIADAS À EVOLUÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Maristella de Azevedo Brito*

TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS 60

Na reorganização do espaço brasileiro, nas duas últimas décadas, tiveram papel muito significativo as transformações que se processaram na agricultura, envolvendo a integração de extensas áreas escassamente ocupadas à economia nacional, a modernização acentuada do processo produtivo adotado em algumas lavouras, a ampliação e diversificação da produção agrícola do País. Entretanto, no decorrer desse processo de crescimento da agricultura, agravaram-se contradições que conduziram à retomada da discussão sobre a questão agrária — como um dos grandes temas de interesse nacional — agora encarada sob o enfoque bastante diverso do que predominou nos acirrados debates que se travaram no final dos anos 50 e início dos anos 60. Àquela época, um dos argumentos que assumiam maior destaque nas discussões era o de que o atraso da agricultura brasileira se

constituía em obstáculo ao desenvolvimento econômico do País, especialmente ao avanço de seu crescimento industrial.

Já o debate sobre a questão agrária que ressurgiu após 1978 assume caráter bastante diferente daquele que marcava a polêmica desenvolvida há duas décadas, uma vez que se modificou substancialmente o contexto sócio-econômico em que passou a se verificar tal debate. Embora a agricultura não tenha sido alvo das reformas estruturais que então eram propostas, esse fato não impediu que ocorresse um grande crescimento da indústria brasileira, sobretudo na época do “milagre econômico”. Por outro lado, embora tenham persistido formas arcaicas de produção na agricultura, verificou-se, paralelamente, o avanço da agricultura capitalista atingindo algumas atividades e alguns grupos de produtores rurais — o que levou a uma profunda acentuação das disparidades sócio-econômicas entre produtores, bem como a amplas modificações nas relações de trabalho no campo.

É fundamental ressaltar que a natureza das transformações que se processaram na agricultura brasileira, a partir da segunda

* Analista especializado em Geografia, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

metade da década de 60, resultou sobretudo do papel que o Estado passou a desempenhar na economia nacional. A política econômica então adotada teve como objetivo básico a retomada do crescimento, concebida como uma possibilidade de a economia brasileira se reintegrar à economia mundial. Assim, como sintetizou Octávio Ianni (8), à política econômica nacionalista ou independente proposta pelo Governo João Goulart, o Governo Castelo Branco opôs uma Política marcada pela abertura para a economia mundial, atribuindo à expansão das exportações a função de estímulo de mercado para promover o crescimento econômico do País. Por outro lado, aos investidores estrangeiros o Brasil tinha a oferecer mão-de-obra barata, recursos naturais relativamente abundantes, além de uma infra-estrutura industrial desenvolvida. Esses trunfos foram colocados à disposição das empresas multinacionais, em troca da oportunidade de acesso a mercados externos sob seu domínio.

Tal modelo de economia aberta enfatizava tanto a exportação de produtos industrializados, como a de produtos agrícolas, uma vez que o importante era produzir divisas para criar capacidade de importar tecnologia e insumos industriais, que permitissem aumentar a produção para exportação.

Dentro desse modelo, a agricultura passou a ser pressionada a apresentar desempenhos cada vez mais favoráveis. A ela caberia o papel não apenas de continuar fornecendo alimentos básicos à população brasileira e de aumentar o volume de divisas destinadas a favorecer o crescimento industrial, mas também o de se tornar importante mercado consumidor de insumos modernos e de máquinas agrícolas, cuja produção vinha-se desenvolvendo no País.

Nesse contexto, profundas alterações se operaram no espaço agrário brasileiro e, para que as mesmas se tornassem viáveis, algumas medidas de política governamental assumiram particular importância, pela amplitude de suas repercussões sobre a agricultura. Deve-se destacar, entre essas medidas, a construção de grandes eixos rodoviários atravessando áreas de baixo grau de ocupação, a concessão de incentivos fis-

cais a empreendimentos que se localizassem em áreas de fronteira e a concessão de crédito subsidiado aos produtores rurais.

Entre as conseqüências das medidas de política governamental que foram mencionadas, incluiu-se a rápida expansão da fronteira agrícola uma vez que produtores e investidores de diferentes regiões do País acorreram às áreas que se tornavam acessíveis após a construção dos grandes eixos rodoviários, com o objetivo de aí implantarem estabelecimentos agropecuários. Constituíam-se em estímulos a essa expansão dos estabelecimentos os preços atraentes das terras localizadas em áreas remotas, os benefícios creditícios oferecidos aos produtores rurais e, ainda — no caso da Amazônia Legal —, os incentivos fiscais proporcionados a empreendimentos na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Assim, multiplicou-se rapidamente o número de estabelecimentos e ampliou-se extraordinariamente a área dos mesmos, nas Regiões Norte e Centro-Oeste. À medida que se verificava nessas regiões o movimento de demarcação e titulação de terras, ocorria, também, uma redefinição das atividades de subsistência preexistentes nas mesmas.

Outra modificação importante que se verificou na agricultura brasileira, em decorrência das medidas de política governamental adotadas nas últimas décadas, foi a intensa modernização do processo produtivo, associada à possibilidade de aquisição de máquinas agrícolas e de insumos modernos (sobretudo fertilizantes e defensivos agrícolas) através de financiamentos concedidos com taxas de juros muito inferiores às taxas correntes no mercado de capitais. Tais financiamentos contribuíram, de forma decisiva, para os processos de mecanização e de quimificação que acompanharam a expansão de algumas lavouras comerciais, especialmente daquelas que, como a da soja, envolvem a utilização de maquinaria em todas as fases do processo produtivo. Dessa forma, verificou-se nos estados do Sul, em São Paulo, no Triângulo Mineiro e em parte do Centro-Oeste uma rápida transformação do processo produtivo que implicou o estabelecimento de vínculos cada vez mais fortes com o setor industrial. As indústrias as-

sumiram importância crescente seja como fornecedoras de máquinas e insumos, seja como processadoras da produção agrícola — sobre a qual passaram a exercer, em alguns casos, um estreito controle, na busca de estabelecer padrões de qualidade dos produtos destinados ao processamento industrial.

As transformações que vêm sendo mencionadas atingiram os grupos de agricultores que tinham condições de se beneficiar dos estímulos governamentais, excluindo, porém, diversos segmentos de produtores — em especial aqueles constituídos de agricultores que tinham formas precárias de acesso à terra: ocupantes, parceiros e pequenos arrendatários.

Esses agricultores, sobretudo pela dificuldade de usufruírem de benefícios creditícios ou fiscais, permaneceram na condição de pequenos produtores de subsistência ou se transformaram em produtores pauperizados, no decorrer do processo de transformação da agricultura. No Centro-Sul, tinham dificuldade de competir com os proprietários que modernizavam o processo produtivo de seus estabelecimentos; nas áreas de fronteira, eram freqüentemente obrigados a se deslocar para áreas mais remotas, à medida que avançava o capitalismo extensivo na Amazônia. Tais produtores marginalizados no processo de crescimento da agricultura exploram seus estabelecimentos utilizando basicamente mão-de-obra familiar e vêm reproduzindo no País a pequena produção, que permanece ou se recria à medida que avançam as formas mais modernas de exploração. Seus vínculos com o setor moderno da economia, porém, se ampliam, uma vez que colocam quantidades crescentes de sua produção no mercado, dada a intensificação de circulação de mercadorias no País.

Ao se considerarem essas transformações que vêm ocorrendo no espaço agrário brasileiro, a partir dos anos 60, é importante ressaltar que podem ser distinguidos dois períodos diferentes, no decorrer da evolução recente da agricultura no País. Num primeiro período, anterior a 1977, ocorreram as transformações mais aceleradas. No caso da expansão da fronteira, verificou-se que a maior parte dos projetos agropecuários se

instalou na Amazônia Legal no período de 1965 a 1977, quando a SUDAM aprovou 549 projetos para os quais concedeu incentivos fiscais, incluindo-se entre eles 335 projetos agropecuários (8). Por outro lado, foi no período que se estende até 1977 que a produção agrícola teve crescimento mais acentuado, verificando-se que sua participação na renda total do País passou de 10%, em 1970, para 15%, em 1977 (11). Além das medidas de política governamental, contribuíram para esse rápido crescimento as boas condições de colocação dos produtos no mercado — seja no mercado internacional, em que se constatou a elevação dos preços de um grande número de produtos agrícolas, seja no mercado interno, no qual se observou um crescimento do consumo propiciado pelo aumento da renda verificado durante esse período de crescimento econômico acelerado.

A partir de 1977, diminuiu o ritmo de crescimento global da agricultura (11) à medida que se acentuavam os problemas econômicos do País. Embora novas medidas de política governamental tenham sido adotadas visando a proporcionar estímulos à agropecuária, tais estímulos ficaram restritos a algumas lavouras de acentuado caráter mercantil. Com efeito, o Programa do Alcool (PROÁLCOOL), criado em 1974 e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), em 1975, tiveram um papel significativo na expansão das culturas da cana-de-açúcar e da soja, respectivamente. Entretanto, ficou praticamente estagnada a produção de alimentos básicos — constituindo-se essa estagnação num dos fatores que conduziu o Governo a instituir o Programa de Prioridade Agrícola, em 1979. Tal programa implicou sobretudo modificações que foram introduzidas no mecanismo de distribuição de crédito rural, com o objetivo de facilitar o acesso dos pequenos produtores ao financiamento agrícola. Entretanto, essas modificações tiveram reduzido impacto sobre a produção, inclusive porque atuaram num período em que foram retirados, gradativamente, os subsídios ao crédito rural. Essa diminuição ocorreu mais rapidamente entre 1981 e 1983, tendo sido safra de 1984 a última que se beneficiou de subsídio ao financiamento agrícola.

Considerando-se que o crédito rural subsidiado se constituía num dos esteios básicos da política governamental voltada para o setor primário da economia, a eliminação do mesmo tornou difícil, para uma parcela significativa de produtores rurais, arcar com os custos da produção, o que contribuiu para agravar os problemas associados às formas de crescimento da agricultura, nas últimas décadas.

Uma vez que se tem constatado uma grande diversidade na maneira pela qual as diferentes lavouras vêm sendo atingidas pelos processos de transformações ocorridos na agropecuária, achou-se oportuno verificar de que maneira a expansão das mesmas se processou no espaço brasileiro, durante o período mais recente, em que já se delinavam os problemas relativos à estagnação de algumas lavouras.

Assim, com vistas a examinar de que forma a expansão das diferentes lavouras incidiu sobre o espaço brasileiro, nos últimos anos, procede-se à análise da distribuição espacial de algumas das principais lavouras do País, reunidas em três grupos distintos: o dos produtos tradicionais de exportação, o dos produtos alimentares básicos e a dos produtos "exportáveis".

PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E EVOLUÇÃO DAS LAVOURAS

No processo de ocupação do espaço brasileiro, a partir do período colonial, verificou-se uma distinção extremamente nítida entre dois setores da agricultura. Um deles, voltado para a exportação, no qual o processo produtivo era conduzido pelas camadas sociais que, detendo mais recursos financeiros e maior poder político, ocupavam as terras mais favoráveis às lavouras; o outro, voltado para a produção de gêneros básicos de subsistência, em que a produção era realizada diretamente por pequenos produtores que se instalavam nas áreas consideradas inadequadas aos cultivos de exportação.

Essa demarcação entre os dois setores surgiu, inicialmente, no Nordeste, onde os latifúndios canavieiros ocuparam a Zona da Mata, próxima ao litoral oriental, enquanto a pecuária extensiva e as lavouras alimentares básicas avançavam pouco a pouco para o interior, praticadas sobretudo por ocupantes que, além de produzir para a própria subsistência, contribuíam para o abastecimento da zona canavieira.

No decorrer da história econômica do País, sucederam-se diferentes lavouras que assumiam maior destaque no comércio externo, modificaram-se as áreas produtoras e os processos produtivos adotados nessas lavouras; por outro lado, verificaram-se alterações em diversos aspectos relacionados à produção de gêneros para o mercado interno. Entretanto, permaneceu, através do tempo, uma diferença marcante entre os dois setores — o setor exportador, que recebe os mais importantes estímulos governamentais e o setor doméstico, que mantém uma posição secundária no que se refere aos benefícios decorrentes das medidas de política agrícola.

Foi a diferenciação entre tipos de lavouras que fundamentou o grupamento de cultivos adotado no presente trabalho, no qual se distinguiram não apenas dois, mas três grupos de produtos de lavoura. Um deles é constituído pelos produtos que foram denominados "tradicionais de exportação" — cacau e café — que, ao adquirirem importância no contexto da agricultura brasileira, já tinham o caráter de cultivos voltados para o mercado externo e sempre se mantiveram em lugar de destaque na pauta de exportações. Outro grupo reuniu os chamados "produtos alimentares básicos" — arroz, feijão, mandioca e milho —, os quais se constituem em produtos fundamentais à alimentação da população brasileira, sobretudo no caso da população de baixa renda; correspondem, ainda, esses produtos aos que apresentam menor grau de mercantilização. Finalmente, definiu-se, também, um grupo de produtos que foram reunidos sob o rótulo de "exportáveis" — algodão, cana-de-açúcar, laranja e soja — que, embora assumam lugar de destaque como produtos para o mercado interno, ocupam, também,

um lugar significativo, ainda que bastante variável através do tempo, na pauta de exportações agrícolas brasileiras.

Ao definir esses três grupos de produtos, cuja distribuição espacial será analisada, partiu-se do pressuposto de que, dadas as especificidades de cada um deles, seriam verificadas diferenças significativas entre os padrões de distribuição espacial por eles apresentados. Com o mapeamento que foi realizado a partir de estatísticas produzidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pretendeu-se deixar evidentes as diferenças nos padrões de distribuição dos referidos grupos de produtos e, também, verificar a hipótese de que as transformações recentes que neles se verificaram foram mais significativas no caso dos produtos mais intensamente atingidos pelas medidas de política governamental.

O mapeamento foi elaborado com base nos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), referentes aos anos de 1976 e 1984, e considerados a nível de microrregiões homogêneas. O valor da produção levantado para cada um dos dez produtos selecionados foi somado de modo a se ter o valor da produção segundo os grupos de cultivos já referidos. A partir desses dados, representaram-se, em mapas referentes a cada um dos grupos, as microrregiões homogêneas que apresentaram maior valor da produção e que, em conjunto, contribuíram com 60% do valor da produção nacional.

As principais áreas de cultivo dos produtos tradicionais de exportação — cacau e café (Mapa 1) — apresentam um padrão de distribuição espacial muito concentrado. Esse fato de grande parte da produção ser proveniente de áreas restritas do Território Nacional explica-se pelas vantagens locais que apresentam essas áreas em termos de condições ecológicas, de acessibilidade a mercados ou de fatores históricos — permitindo que aí se realizem explorações mais rentáveis.

A diferença mais significativa que se observa entre as distribuições de 1976 e 1984 é o aparecimento de Rondônia como área

produtora importante. Isso pode ser atribuído à intensificação do movimento migratório de agricultores em direção a essa área que, ainda na década de 60, foi atingida pela Estrada Cuiabá-Porto Velho e cuja ocupação mais densa atendia aos interesses geopolíticos do Governo. Foi importante, em Rondônia, a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o qual, desenvolvendo projetos de assentamento de agricultores, contribuiu para que se estabelecesse um fluxo imigratório, que vem se avolumando nos últimos anos.

Entre as lavouras praticadas pelos agricultores que têm afluído para a região, figuram tanto a do café como a do cacau, uma vez que ambas encontram em Rondônia condições ecológicas propícias ao seu desenvolvimento, sendo inclusive o cultivo do cacau estimulado por um órgão voltado ao seu fomento — a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

Quanto a algumas microrregiões de São Paulo e do Paraná que figuram no mapa apenas em 1984, acredita-se que o fato de não terem se destacado na produção de café em 1976 possa ser atribuído à geadas que ocorreu no ano precedente, afetando ainda a produção de 1976¹.

Contrastando acentuadamente com as principais áreas de cultivo de produtos tradicionais de exportação, as principais áreas de cultivo dos produtos alimentares básicos — arroz, feijão, mandioca e milho (Mapa 2) — apresentam um padrão de distribuição muito disperso pelo Território Nacional. Esse padrão pode ser atribuído não apenas às menores exigências dessas lavouras em termos de características de clima e solos, mas também ao fato de serem desenvolvidas em sistemas de produção e níveis tecnológicos muito diversificados. Embora em alguns casos sejam praticados com caráter empresarial (como o cultivo do arroz, no Rio Grande do Sul), na maior parte das áreas em que sua produção se destaca são culturas realizadas de forma atomizada por pequenos produtores voltados basicamente para a subsistência da família, sendo apenas o

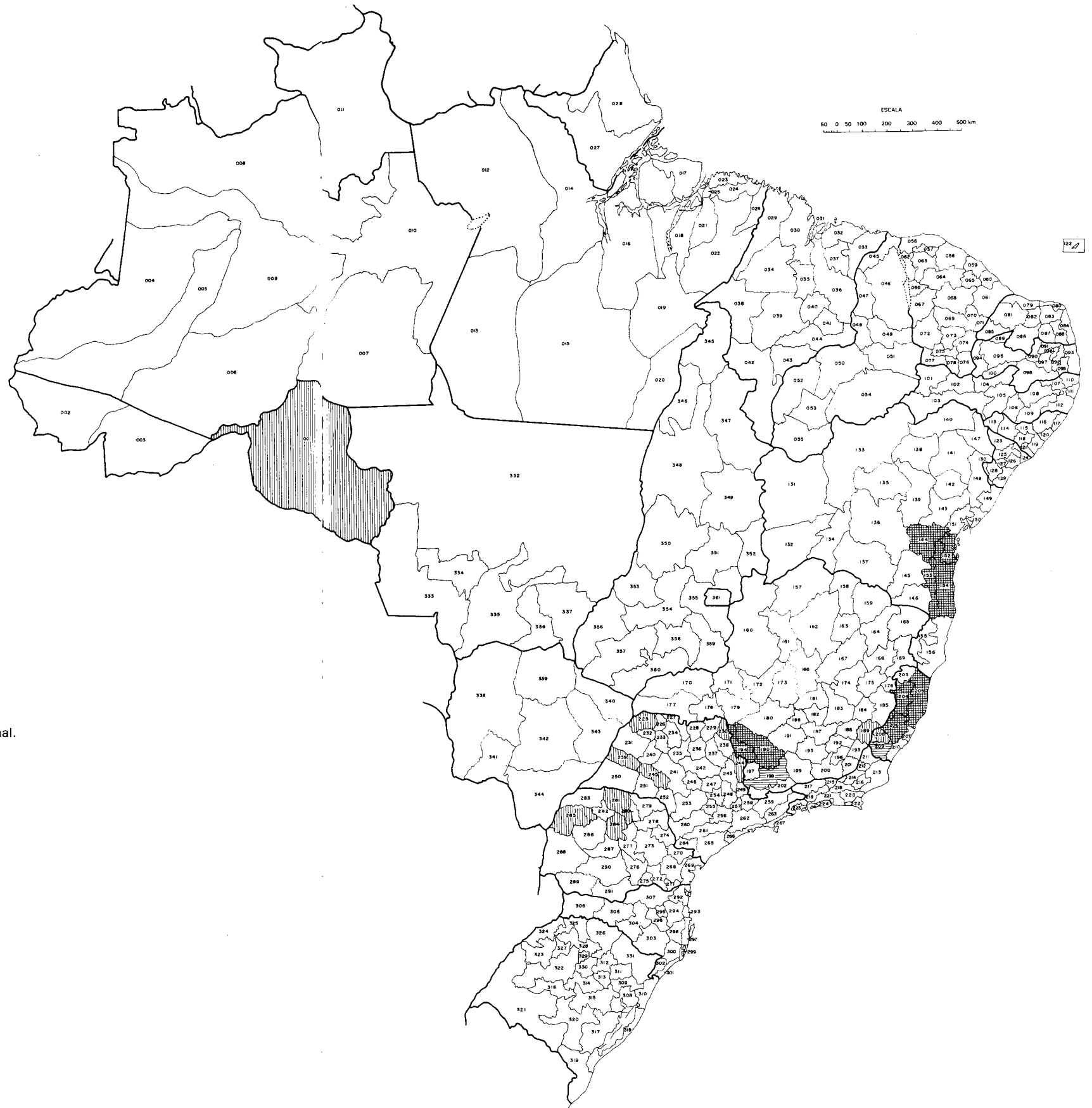
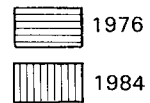
¹ Embora, ao selecionar os anos que se pretendia focalizar na presente análise, se tenha tido o cuidado de evitar aqueles marcados por problemas climáticos que tivessem implicado em prejuízos mais sérios e generalizados para a agricultura brasileira, o ano de 1976 apresentou o problema acima referido, afetando uma região e um produto específico.

BRASIL

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

MAPA 1

PRINCIPAIS ÁREAS DE CULTIVO DE PRODUTOS TRADICIONAIS DE EXPORTAÇÃO *(cacau e café)



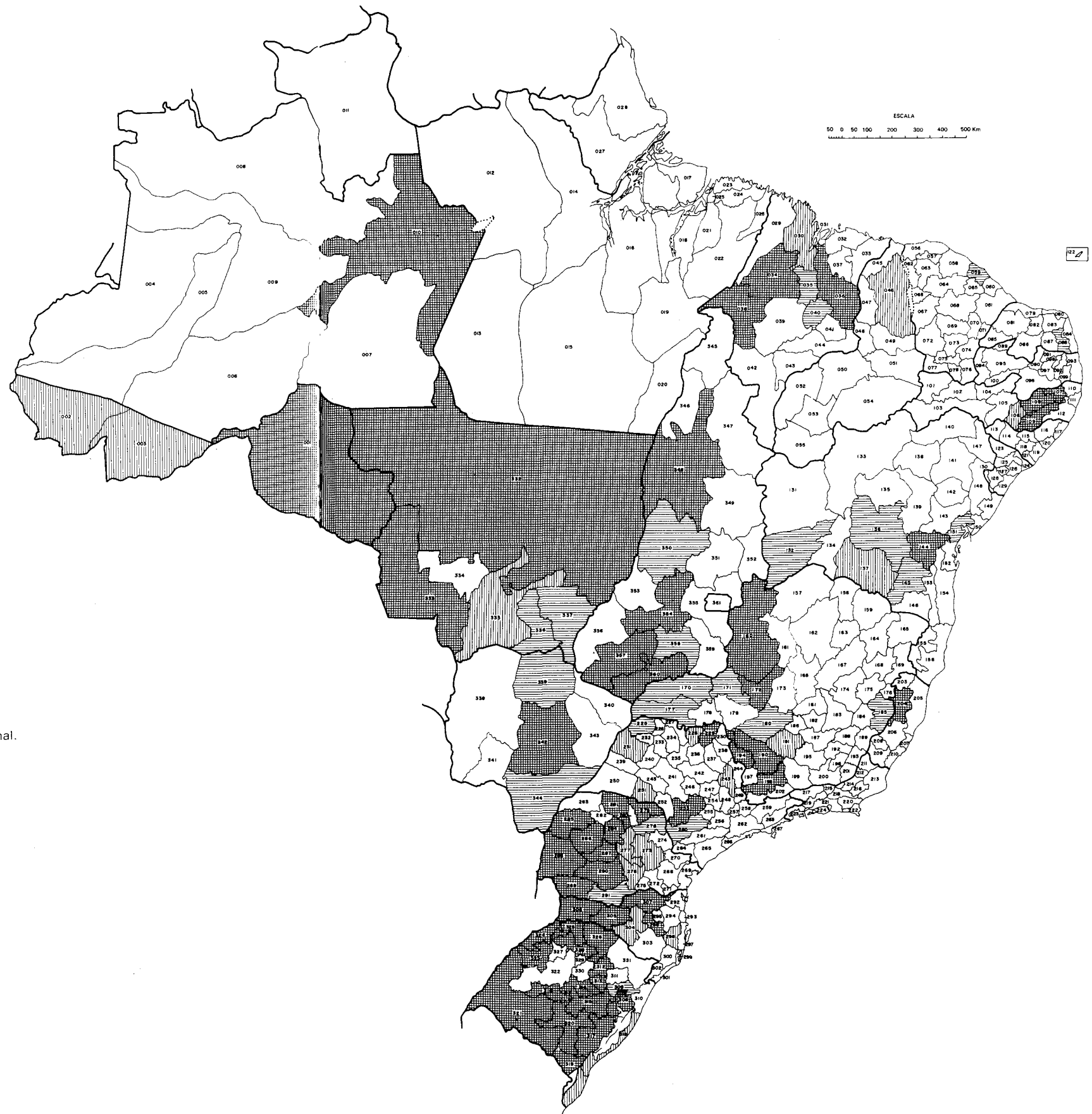
*Foram representadas as Microrregiões Homogêneas que, em conjunto, contribuíram com 60% do valor da produção nacional.

BRASIL

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

MAPA 2

PRINCIPAIS ÁREAS DE CULTIVO DE PRODUTOS
ALIMENTARES BÁSICOS * (arroz, feijão, mandioca e milho)



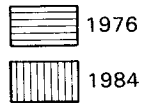
* Foram representadas as Microrregiões Homogêneas que, em conjunto, contribuíram com 60% do valor da produção nacional.

BRASIL

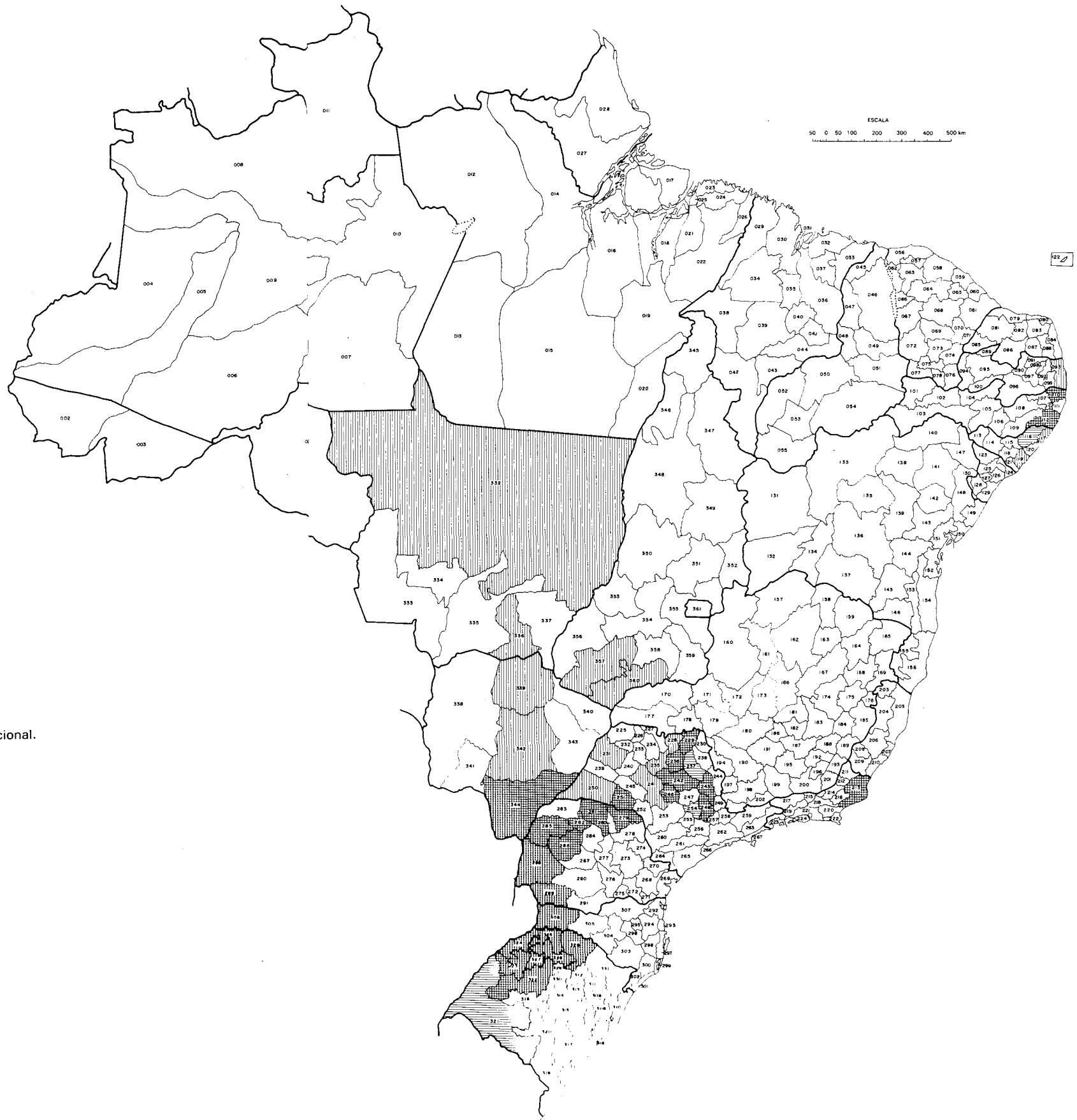
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

MAPA 3

PRINCIPAIS ÁREAS DE CULTIVO DE PRODUTOS EXPORTÁVEIS * (algodão, cana, laranja e soja)



*Foram representadas as Microrregiões Homogêneas que, em conjunto, contribuíram com 60% do valor da produção nacional.



excedente de produção colocado no mercado. Este sistema de pequena produção, em que os retornos são freqüentemente muito reduzidos, aparece em áreas bastante diferenciadas do território brasileiro: nos interstícios das grandes lavouras que se desenvolvem em regiões nas quais tem-se verificado maior avanço da agricultura modernizada; nas regiões que permaneceram à margem das grandes transformações verificadas na organização agrária; nas regiões de fronteira, onde as lavouras alimentares são freqüentemente utilizadas como forma de preparar o solo para o plantio de pastagens.

Não se verificaram grandes transformações no padrão de distribuição espacial dos cultivos alimentares básicos no período 1976-84. Cabe destacar, entretanto, o deslocamento que, aparentemente, se verificou em áreas de fronteira: algumas Microrregiões de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, atravessadas pela BR-163 (Cuiabá-Santarém), figuravam como importantes produtoras de alimentos em 1976, deixando porém de se destacar em 1984. Isso, provavelmente, pode ser atribuído ao fato de que, uma vez ultrapassado o período inicial de avanço da frente pioneira, outras atividades agrárias tais como a pecuária e o cultivo da soja tornaram-se mais expressivas, conquistando espaços anteriormente utilizados pela produção de alimentos. Esta produção surge, por outro lado, em 1984, nas Microrregiões do Acre, atingidas recentemente pelo processo de expansão pioneira; acredita-se que, dado o avanço desse processo, os cultivos alimentares venham assumindo novo papel nas referidas Microrregiões, como precursores de outras atividades agrárias.

Finalmente, o padrão de distribuição espacial dos produtos exportáveis — algodão, cana-de-açúcar, laranja e soja (Mapa 3) — caracteriza-se por apresentar um razoável grau de superposição com áreas de maior dinamismo da agropecuária — entendido esse dinamismo no sentido tanto de transformações que conduzem a uma significativa modernização da agricultura quanto de transformações relacionadas à ampliação do espaço agrário.

Trata-se de cultivos que vêm-se caracterizando pela adoção de tecnologia moderna², concentrando-se quer em áreas do Centro-sul, que já haviam atingido um patamar bastante elevado de modernização no início da década de 70, quer em áreas do Centro-Oeste, em que recentemente vem-se adotando uma nova tecnologia de aproveitamento do cerrado.

Dois dentre esses produtos exportáveis beneficiaram-se particularmente das medidas de política governamental adotadas em meados da década de 70, contribuindo para que, mesmo num período de diminuição do crescimento global da agricultura, os mesmos acusassem grande expansão. Em 1974 — ano que se seguiu ao primeiro choque do petróleo — foi instituído o PROÁLCOOL, visando a promover o cultivo da cana-de-açúcar, com o objetivo de produzir álcool para fins energéticos; esse Programa contribuiu, substancialmente, para o incremento da lavoura canavieira, sobretudo na porção central do Estado de São Paulo. Por outro lado, em 1975 foi criado o POLOCENTRO, que visava ao aproveitamento, em moldes empresariais, das terras de cerrado, cujas potencialidades se tornaram mais nítidas no decorrer da década de 70. Tal Programa assumiu papel muito importante na expansão espacial da cultura da soja, que já vinha tendo um enorme incremento no Sul do País; com a instituição do POLOCENTRO, essa cultura passou a se difundir, também, nas áreas de fronteira caracterizadas pela presença do cerrado.

A modificação mais relevante que se nota na distribuição espacial deste grupo de lavouras que vem sendo analisado é, com efeito, a importância que assumiram as mesmas em vastas áreas do Centro-Oeste. Essa posição de destaque pode ser atribuída sobretudo à presença da cultura da soja, que se beneficiou particularmente dos estímulos à ocupação do cerrado, uma vez que tinha possibilidade de se enquadrar facilmente nos padrões técnicos estabelecidos pelo POLOCENTRO.

Os aspectos que vêm sendo salientados no que diz respeito à distribuição das principais lavouras no território brasileiro deixam

² Cabendo apenas a ressalva de que o processo de modernização é menos acentuado no caso de algodão do que nos dos demais produtos exportáveis.

entrevier uma grande diversidade regional em termos dos processos subjacentes ao padrão de organização espacial da agricultura no País. Tais processos estão associados a diferenças significativas nas características da organização agrária, tais como: estrutura fundiária, formas de utilização das terras e composição do pessoal ocupado na agricultura.

Mesmo sem se pretender aprofundar as questões relativas à organização agrária, achou-se pertinente à compreensão dos problemas relacionados à agricultura brasileira apontar alguns contrastes que ressaltam quando se consideram as diversas áreas do Território Nacional — as quais desempenham papéis distintos no contexto mais amplo do processo de capitalização da agricultura. Assim, serão focalizadas, numa breve análise que se fará a seguir, algumas microrregiões localizadas em diferentes regiões do País e incluídas entre as que apareceram com destaque nos mapas anteriormente analisados.

DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL DA ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

Como processos complementares, dentro de um movimento mais amplo da organização econômica brasileira, na qual se destaca a concentração industrial na Região Sudeste, têm-se verificado — tal como se salientou na parte inicial deste trabalho — a modernização da agricultura no Centro-sul do País, expansão da fronteira nas regiões periféricas e a manutenção ou recriação da pequena produção familiar em diferentes porções do território brasileiro.

Ao se fazer a seleção das microrregiões que serão objeto da análise que se segue, buscou-se incluir entre as mesmas unidades cuja organização agrária permitisse detectar aspectos significativos desses diferentes processos que vêm ocorrendo no País. Assim, será focalizada a Microrregião Araraquara, localizada na parte central de São Paulo, onde se verificam altos índices de modernização da agricultura; a Microrregião

Itapecuru, que se encontra num trecho do Maranhão que praticamente não foi atingido por qualquer das formas de crescimento da agricultura, permanecendo como um reduto de importância da pequena propriedade familiar; as Microrregiões Norte Mato-Grossense e Rondônia, que correspondem a áreas de fronteira, embora guardando entre si algumas diferenças significativas.

Sendo os Censos Agropecuários as fontes de informações que permitem realizar cortes demonstrando as características da organização agrária no País, recorreu-se aos Censos de 1970, 1975 e 1980, com o objetivo de elaborar gráficos ilustrativos dessa organização, nas microrregiões selecionadas. Embora não se disponha de informações referentes a anos coincidentes com aqueles que foram considerados para analisar a distribuição das lavouras, acreditou-se que os momentos de corte seriam suficientemente próximos para permitir associações entre aspectos relacionados à distribuição das lavouras e outros aspectos da organização agrária.

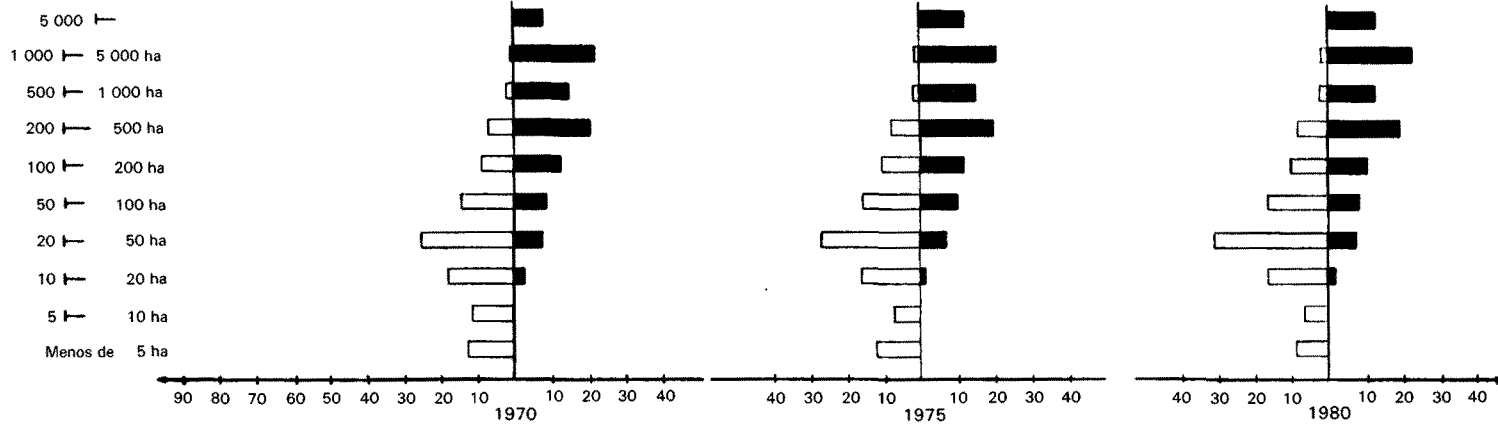
Focalizando, inicialmente, as características de estrutura fundiária (Gráfico 1), verifica-se um relativo equilíbrio na distribuição dos tamanhos de estabelecimentos agropecuários na Microrregião Araraquara que, no decorrer de sua evolução econômica, constituiu-se como área cafeeira, passando depois por períodos sucessivos de expansão da pecuária e de diversificação das lavouras — tendo esta diversificação se associado ao fracionamento de uma parcela significativa dos grandes estabelecimentos.

Observa-se, entretanto, que na década passada ocorreu uma expansão da área dos estabelecimentos de 1.000 ou mais hectares e uma diminuição do número de estabelecimentos de menos de 20 hectares. Aparentemente houve uma tendência à aglutinação dos menores estabelecimentos, talvez motivada pela conveniência de uma escala maior de exploração, num processo produtivo modernizado.

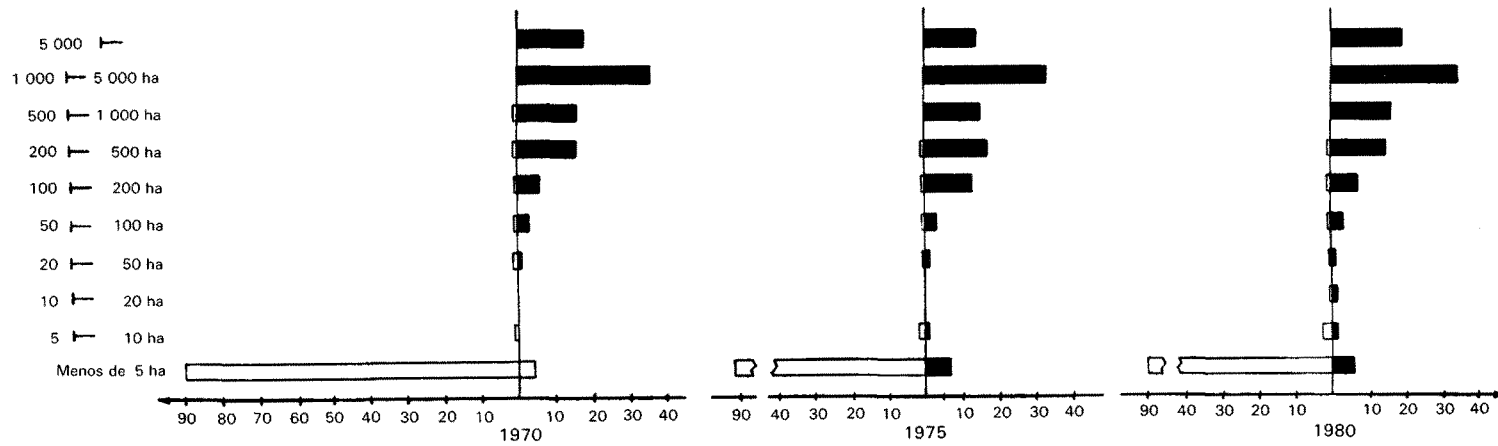
Apresentando acentuado contraste com a Microrregião anterior, a de Itapecuru apresenta uma estrutura fundiária marcada especialmente pela extrema fragmentação das unidades de exploração num dos extremos da distribuição, uma vez que os estabe-

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

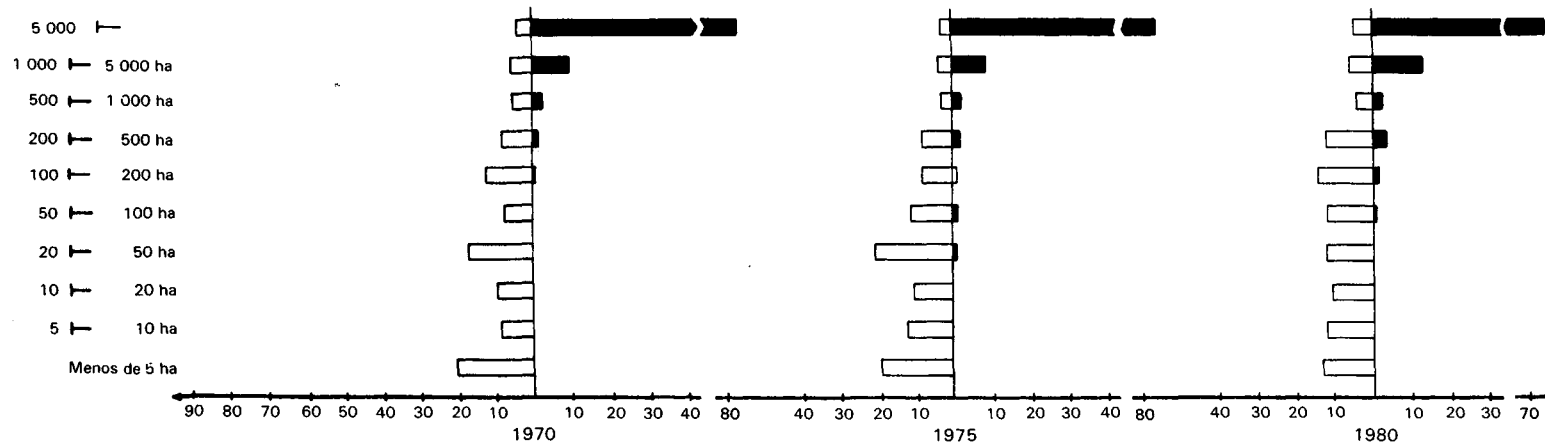
Gráfico 1
Microrregião 242 – Araraquara



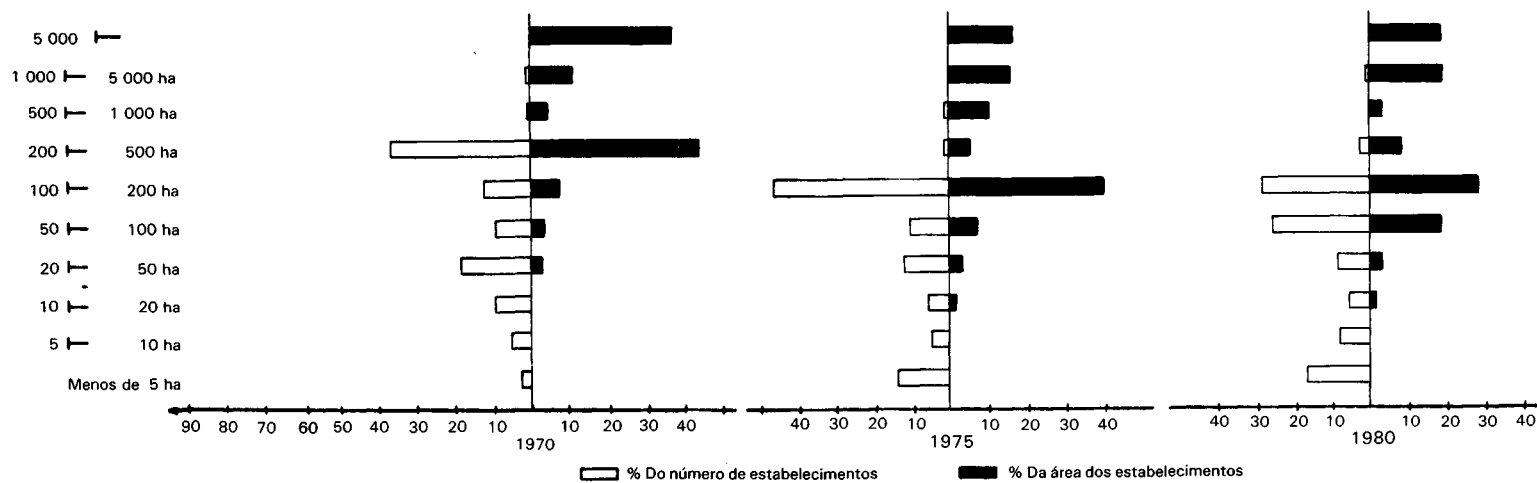
Microrregião 36 – Itapecuru



Microrregião 332 – Norte Mato-Grossense



Microrregião 1 – Rondônia



FONTE – Censo Agropecuário 1970, 1975 e 1980, IBGE.

lecimentos de menos de 5 hectares correspondem sempre a cerca de 90% do número total de unidades de produção. Enquanto isso, aproximadamente 50% da área são ocupadas por estabelecimentos de 1.000 ou mais hectares.

Tal distribuição extremamente desequilibrada está relacionada, por um lado, à presença de grandes estabelecimentos em que predominam a pecuária extensiva e/ou o extrativismo vegetal, sobretudo do babaçu. Por outro lado, vincula-se à ocorrência de um número muito elevado de minifúndios em que se verifica uma produção tradicional de alimentos básicos. Trata-se de uma Microrregião cuja organização agrária permaneceu sem alterações significativas, cabendo lembrar que as rodovias aí construídas durante a década de 70 atravessaram áreas de ocupação antiga e não de terras devolutas, como foi o caso das áreas de fronteiras nas quais os investimentos rodoviários provocaram intenso movimento de titulação de terras, bem como outras transformações a ele associadas.

Entre as Microrregiões de fronteira incluiu-se a Norte Mato-Grossense, que apresenta, também uma estrutura fundiária extremamente desequilibrada, porém muito diferente daquela que se verificou para a Microrregião Itapecuru. Na Norte Mato-Grossense, o que chama atenção é a enorme extensão da área ocupada por estabelecimentos com tamanho igual ou superior a 5.000 hectares.

Esta foi uma das Microrregiões brasileiras mais atingidas pelos estímulos à ocupação da fronteira. Constituíam-se, até a década de 60, numa área que apresentava população composta basicamente de tribos indígenas e de grupos de ocupantes esparsos pela vasta área da Microrregião. Esta se caracterizava pela grande dificuldade de acesso às áreas mais densamente ocupadas do País, pelo predomínio de terras devolutas ou com situação precária de titulação. Com os investimentos governamentais em rodovias realizados na década de 70, particularmente a construção da Cuiabá-Santarém e, também, com a concessão de incentivos fiscais ao estabelecimento de projetos agropecuários, verificou-se um movimento acelerado de titulação de terras e de expansão

do capitalismo extensivo na área. De fato, um dos fatos marcantes que aí ocorreram foi a penetração de empresas nacionais e estrangeiras, tendo-se verificado na área uma concentração de projetos agropecuários aprovados pela SUDAM (ver mapa sobre Projetos Agropecuários na Amazônia)(5).

Tal expansão acelerada de estabelecimentos, sobretudo daqueles voltados para a pecuária bovina extensiva, é que explica o alto grau de concentração constatado na estrutura fundiária da Micro Norte Mato-Grossense.

Já a outra Microrregião de fronteira selecionada para análise — a de Rondônia — apresenta uma estrutura fundiária que contrasta com a da Microrregião anteriormente focalizada. Nela a concentração, tanto do número quanto da área dos estabelecimentos, ocorre em estratos de tamanhos intermediários, verificando-se, porém, modificações ao se observarem os três momentos representados no gráfico: em 1970, a concentração de estabelecimentos ocorre nitidamente na classe de 200 a 500 hectares; em 1975, essa concentração se desloca para a classe de 100 a 200 hectares; finalmente, em 1980, abrange as classes de 50 a 100 hectares e de 100 a 200 hectares. É possível que tal modificação esteja associada à valorização das terras, que conduz os pequenos produtores que chegam de outras regiões a adquirirem estabelecimentos progressivamente menores.

Aparentemente, uma distribuição com ocorrência tão importante de estabelecimentos de dimensões relativamente reduzidas, tendo em conta as características da área remota em que se localizam, é explicada exatamente pela possibilidade que encontraram os agricultores que eram pequenos produtores nas suas áreas de origem de se fixarem na Microrregião Rondônia — inclusive nos projetos de colonização do INCRA. De fato, predominam, nos fluxos de migrantes que chegam à Rondônia, os agricultores provenientes da Região Sul, que são impelidos a se deslocar em consequência da crise estrutural que atinge a pequena produção no Sul do País.

Se a análise da estrutura fundiária contribui para a compreensão dos processos que

se vêm operando na agricultura brasileira, há uma série de outros aspectos cuja focalização também é fundamental ao entendimento dos referidos processos, incluindo-se entre tais aspectos o da utilização das terras, que passa a ser analisado a seguir (Gráfico 2).

Em primeiro lugar, cabe destacar, na Microrregião Araraquara, a importância das lavouras e das pastagens, entre as formas de utilização das terras. As outras categorias (aí incluída a das terras inaproveitáveis para atividades agropecuárias) ocupam, em conjunto, um percentual da área total dos estabelecimentos que não só é relativamente reduzido, como vem apresentando diminuição (passando de 23% em 1970 para 18% em 1980). Encontrando-se essa Microrregião numa das áreas do País caracterizada por maior dinamismo econômico, apresentando uma agricultura com alto nível de tecnificação e estreitos vínculos com o capital comercial e industrial, nela se verifica uma utilização muito mais intensiva da terra do que em qualquer das outras microrregiões que serão analisadas. Tal dinamismo envolve tanto as lavouras permanentes como as temporárias — ambas conquistando espaço dentro da área dos estabelecimentos no período 1970-1980. Para a expansão das lavouras permanentes contribuiu especialmente o desenvolvimento da citricultura e, para a expansão das lavouras temporárias, concorreram a soja e, sobretudo, a cana-de-açúcar. Apesar da importância das lavouras, a microrregião mantém a pecuária bovina melhorada como atividade agrária importante, o que explica a expressão que têm as áreas de pastagens.

Uma distribuição totalmente diferente da anterior pode ser constatada ao se observar o gráfico referente à Microrregião Itapeçu. Aí se destacam especialmente os altos percentuais de áreas em descanso ou produtivas não utilizadas. Só se pode compreender este fato tendo em vista que o sistema de rotação de terras, com longos períodos de descanso das mesmas, ainda, é amplamente praticado na região, embora nos pequenos estabelecimentos se verifique uma pressão crescente sobre a terra obrigando à utilização mais intensiva dos estabelecimentos através do trabalho fami-

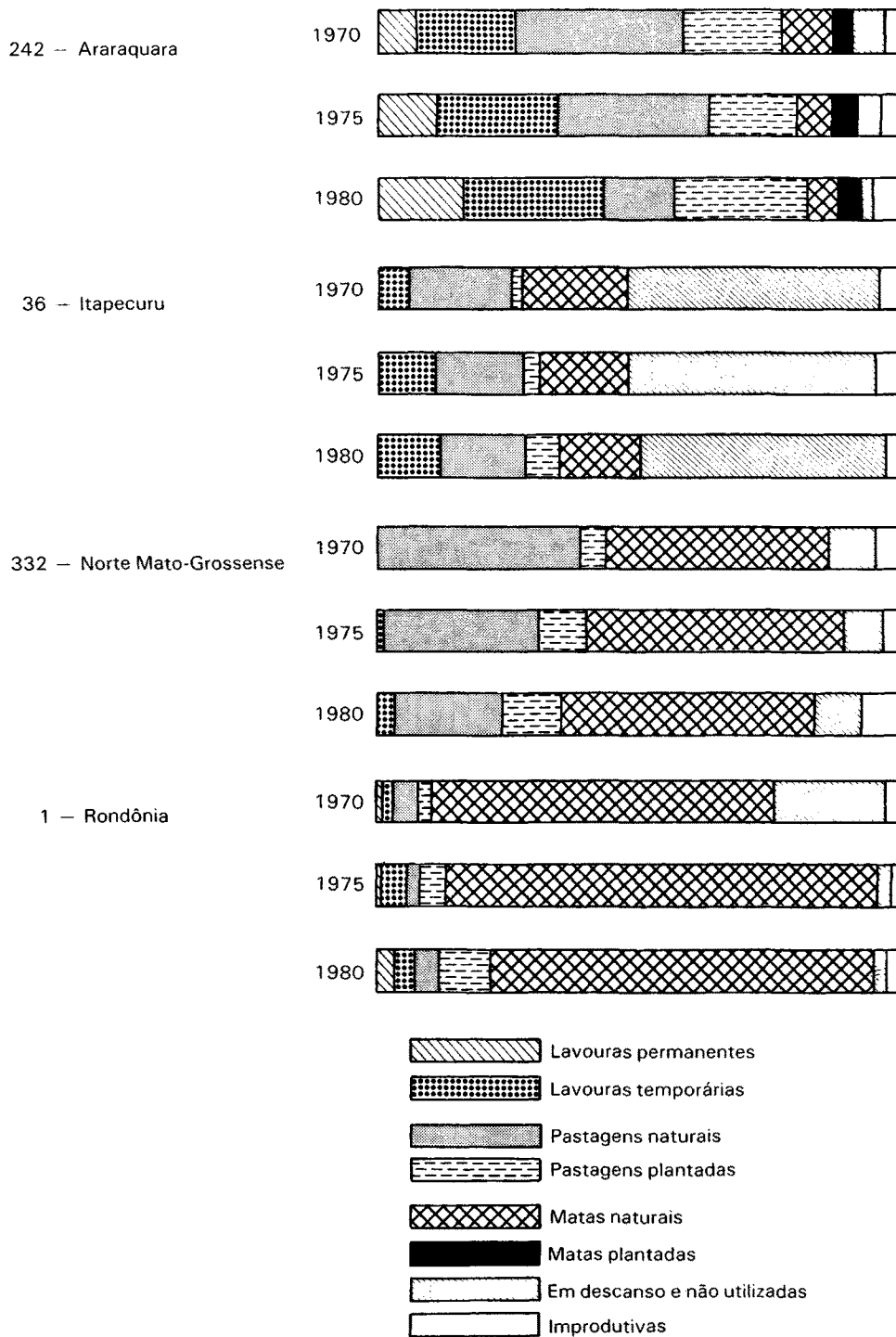
liar. Cabe ressaltar, também, que não aparecem, na Microrregião, culturas permanentes, uma vez que a produção de lavoura é proveniente de estabelecimentos dedicados ao cultivo de alimentos básicos, praticados de forma consorciada.

Quanto à utilização das terras na Norte Mato-Grossense, destaca-se, em primeiro lugar, o papel representado pelas matas naturais, para as quais se verifica mesmo um ligeiro aumento de participação na área total dos estabelecimentos, durante o período 1970-80. Provavelmente, isso se deve ao ritmo de ampliação muito acentuado da área dos estabelecimentos que não foi acompanhado por igual ritmo de expansão das atividades produtivas, uma vez que muitas das compras de terras são feitas como reserva de valor — visando a lucros posteriores decorrentes da valorização das mesmas. No que concerne às lavouras, aparecem com expressão apenas as culturas temporárias. Embora tenha havido grande crescimento dos cultivos de café e laranja, estes não apresentam significância em face da expansão das lavouras temporárias, entre as quais se destaca o incremento da produção de soja, seguido pelos aumentos de produção de milho, arroz, feijão e cana. As pastagens, por outro lado, representam a principal forma de utilização das terras — destacando-se as pastagens naturais, cujos percentuais elevados explicam-se pela ocorrência de áreas de cerrado na Microrregião.

Em Rondônia, os percentuais de matas naturais são ainda mais elevados do que na Norte Mato-Grossense, dadas as próprias características da vegetação original, com predomínio mais acentuado de florestas. Por outro lado, as lavouras não só adquirem maior significância do que na Microrregião anteriormente analisada, mas também incluem uma parcela importante de lavouras permanentes — as quais, como já se afirmou anteriormente, correspondem às culturas de café e de cacau, que correspondiam, em 1980, respectivamente a 31,9 e 3,9% do valor total da produção agropecuária da Microrregião. A maior importância das lavouras em Rondônia do que em outras áreas de fronteira pode ser relacionada à ocorrência de pequenos e médios estabele-

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

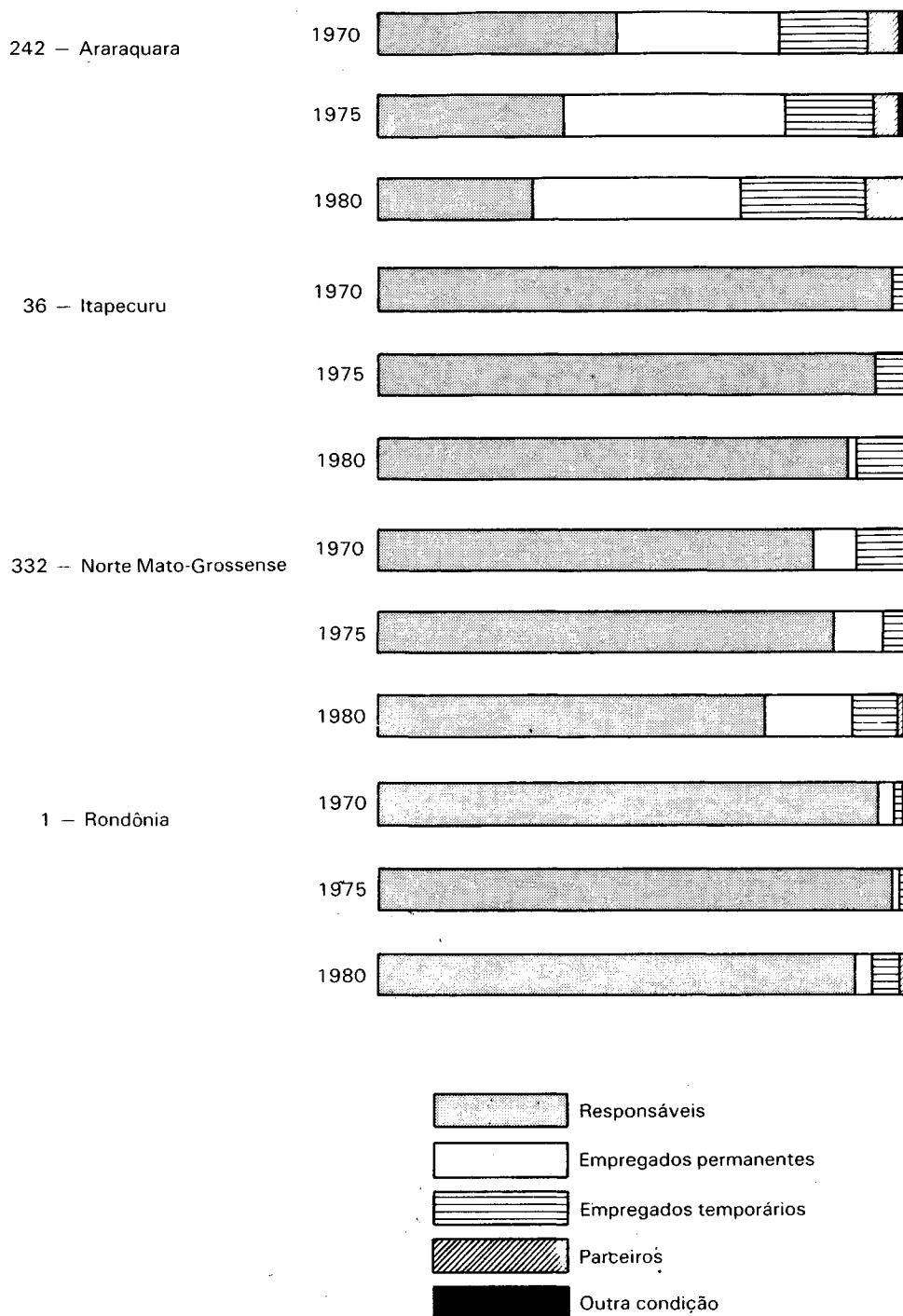
Gráfico 2



FONTE: Censo Agropecuário 1970, 1975 e 1980, IBGE.

COMPOSIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA

Gráfico 3



FONTE: Censo Agropecuário 1970, 1975 e 1980, IBGE.

cimentos, anteriormente mencionada — uma vez que nos estabelecimentos de tamanho reduzido é bastante generalizada no País a prática de lavouras.

A composição do pessoal ocupado na agricultura constitui-se no último aspecto da organização agrária que será focalizado com base em dados censitários relativos às quatro microrregiões selecionadas para análise (Gráfico 3).

O primeiro fato a ser ressaltado com relação ao pessoal ocupado na agricultura, na Microrregião Araraquara, é a importância da participação de empregados assalariados que, inclusive, se acentua no decorrer do período 1970-80, cabendo salientar que, entre esses empregados, é importante a presença de trabalhadores temporários. Ambos os aspectos podem ser associados ao avanço do processo de capitalização da agricultura, uma vez que essa Microrregião, conforme já se mencionou, encontra-se numa área em que foi intenso o processo de transformação da agropecuária no sentido da modernização e da realização de investimentos nos estabelecimentos agropecuários. A ocorrência da parceria, que também é significativa, não é, de modo algum, incompatível com o avanço do processo de capitalização na região, uma vez que o capital se relaciona de diferentes maneiras com a terra, sendo-lhe mais conveniente, em determinadas circunstâncias, entregar a terra em parceria do que explorá-la diretamente.

Revela-se inteiramente distinta da anterior a composição do pessoal ocupado na agricultura na Microrregião Itapecuru. Aí se verifica um maciço predomínio da mão-de-obra familiar que se acha estreitamente relacionado ao elevadíssimo número de estabelecimentos muito pequenos, em que os produtores rurais e seus familiares desenvolvem os trabalhos agrários praticamente sem ajuda de empregados. A pequena proporção de assalariados é constituída basicamente de empregados temporários, eventualmente contratados por alguns agricultores em épocas de pico de trabalho ou então pelos produtores dedicados ao extrativismo vegetal.

Já na Norte Mato-Grossense, o trabalho assalariado apresenta uma certa im-

portância, uma vez que aí a expansão recente da fronteira se fez em moldes capitalistas, embora extensivos, constatando-se a presença crescente de trabalhadores assalariados, no período que vem sendo analisado. Cabe ressaltar que, entre esses assalariados, há uma parcela importante de empregados permanentes, provavelmente associada ao predomínio da pecuária na região, requerendo cuidados durante todo o ano ou, então, ao avanço da agricultura modernizada, exigindo mão-de-obra mais qualificada, como é o caso dos tratoristas.

Finalmente, em Rondônia, embora se verifique o predomínio muito acentuado de mão-de-obra familiar, que ocorre em proporções semelhantes às que se verificaram na Microrregião Itapecuru, observa-se que há uma diversificação na composição da mão-de-obra, com presença crescente de assalariados e mesmo com ocorrência de parceiros. Trata-se de uma Microrregião cuja organização tradicional baseada no trabalho familiar de ocupantes vem-se transformando em decorrência de uma forma de expansão da fronteira baseada na propriedade da terra e em cultivos de caráter mercantil — que substituem aqueles tipicamente de subsistência.

As características da organização agrária brasileira, das quais se procurou transmitir uma visão, ainda que fragmentária, focalizando algumas áreas que vêm passando por diferentes processos de transformação, associam-se problemas de extrema gravidade, que se achou importante sintetizar, concluindo as considerações que se vêm desenvolvendo a respeito da agricultura brasileira.

PROBLEMAS RELACIONADOS À EVOLUÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA

Se as transformações da agricultura brasileira que vêm sendo analisadas apontam no sentido de sérios problemas que se têm associado à natureza da evolução constatada, talvez se possa destacar, pela magnitude de suas repercussões sociais, as questões que são abordadas a seguir.

Competição entre atividades agrárias voltadas para diferentes objetivos

A agropecuária foi considerada, durante muito tempo, como um setor cujo crescimento praticamente não encontrava limites, dada a abundância de terras e de mão-de-obra que caracterizavam o País, permitindo que as diferentes atividades agrárias apresentassem contínua expansão⁽¹²⁾.

Durante as últimas décadas, entretanto, tal como se buscou salientar, a organização da agricultura atingiu um alto nível de complexidade e reduziu-se, consideravelmente, a disponibilidade de terras a serem incorporadas ao processo produtivo. A política governamental, contudo, continuou não prevendo a compatibilização das atividades agrárias voltadas para diferentes objetivos e passou a ocorrer uma competição entre as mesmas, com prejuízo para aquelas que se destinam ao abastecimento alimentar da produção brasileira.

Nas regiões mais modernizadas do País, as políticas governamentais estimularam culturas de acentuado caráter mercantil que, em diversas áreas, substituíram os cultivos alimentares. Por outro lado, nas regiões periféricas, a política de expansão da fronteira conduziu à ocupação de terras através de estabelecimentos voltados para a pecuária extensiva ou mesmo para produtos exportáveis, como o da soja; reduziram-se, assim, substancialmente, as possibilidades de exploração das terras por pequenos produtores, sobretudo ocupantes, que geralmente se dedicam às culturas alimentares.

Alguns dados referentes às Microrregiões, anteriormente analisadas, constituem-se em indicadores expressivos da evolução dos diferentes grupos de lavouras no País, deixando evidente a perda de importância relativa da produção de alimentos. Considerando-se os anos de 1976 e 1984, verifica-se que a participação dos mesmos no valor total da produção agropecuária passa de 10,9 para 8,2%, em Araraquara; de 97,7 para 85,6%, em Itapecuru; de 96,5 para 52,3% na Norte Mato-Grossense; e de 77,6 para 71,7%, na de Rondônia.

Cabe, ainda, ressaltar que a produção de alimentos no Brasil vem aumentando em ritmo inferior ao do incremento demográfico, gerando menor disponibilidade *per capita* de alimentos básicos, num país já caracterizado por sérios problemas nutricionais da população.

Acentuação do processo de concentração fundiária

Embora no período anterior às transformações que vêm sendo focalizadas o grau de concentração fundiária já fosse apontado como um dos graves problemas da estrutura sócio-econômica do País, observou-se que, no decorrer das referidas transformações, o grau de concentração fundiária se tornou ainda mais elevado. Alguns dados que indicam, de maneira sintética, esse processo de concentração referem-se aos estabelecimentos de menos de 5 hectares, confrontados com os de tamanho igual ou superior a 1.000 hectares. Quanto aos primeiros, constata-se³ que representavam, em 1970, 36,6% do número total de estabelecimentos e 1,3% da área dos mesmos; já em 1980, esses percentuais passam a ser respectivamente, 36,6% e 1,1%. Enquanto isso, os estabelecimentos de 1.000 ou mais hectares correspondiam, em 1970, a 0,7% do número de unidades de produção e a 39,5% da área das mesmas; em 1980, essas proporções se elevaram, respectivamente, para 0,9 e 45,1%.

Um dos fatores que contribuiu para a elevação do grau de concentração fundiária no País foi o processo de aglutinação de pequenas unidades produtoras que se verificou nas áreas em que foram mais significativas as modificações na base técnica do processo produtivo. Essa aglutinação ocorreu à medida que os produtores buscavam atingir um tamanho de exploração mais compatível com um sistema que inclui a utilização de insumos modernos e, sobretudo, de máquinas agrícolas. Tal tendência se constituiu num dos fatores que concorreu para que se intensificasse o movimento migratório de pequenos produtores que se deslocam das áreas de agricultura modernizada.

³ Segundo dados dos Censos Agropecuários de 1970 e de 1980.

Por outro lado, em diversas áreas de expansão da fronteira, surgiu uma estrutura fundiária concentrada, dadas as condições favoráveis que se criaram à implantação de estabelecimentos agropecuários de dimensões muito grandes. Nessas áreas de fronteira vêm ocorrendo, com freqüência, conflitos que assumem extrema violência, à medida que prossegue o movimento de titulação de terras e os ocupantes que anteriormente se haviam estabelecido nessas áreas remotas são pressionados a se deslocar para áreas ainda mais distantes.

Acentuação da mobilidade da população e aumento da sazonalidade do emprego rural

Apresentando uma estreita relação com os dois processos anteriormente mencionados, tem-se verificado no País uma acentuação da mobilidade da população rural, avolumando-se os fluxos que se estabelecem tanto em direção aos centros urbanos como em direção às áreas que, segundo a expectativa dos migrantes, oferecem melhores oportunidades de trabalho na agricultura.

Os movimentos migratórios que se estabelecem entre os estados do Sul e as áreas de fronteira são dos que assumiram proporções mais significativas em anos recentes. Uma parcela desses agricultores que partem da Região Sul, aproveitando-se dos grandes diferenciais de preços das terras entre as diversas áreas do País, adquirem estabelecimentos maiores em outras regiões e se inserem no segmento de produtores bem sucedidos, como é o caso daqueles que se dedicam às lavouras mecanizadas de grãos, no Centro-Oeste. Em termos numéricos, porém, é mais expressivo o movimento de pequenos produtores (parceiros, arrendatários e pequenos proprietários) que, vendo-se marginalizados no decorrer do processo de transformação da agricultura, buscam oportunidade de se estabelecer em áreas de fronteira mais distantes, sobretudo em Rondônia. Entretanto, o afluxo de migrantes para esse Estado tem assumido tal magnitude que muitos dos agricultores que

para aí se dirigirem não encontram possibilidade de se estabelecer como produtores rurais, ficando mesmo, com freqüência, marginalizados do processo produtivo. Repercutem, assim, sobre as áreas de fronteira, os problemas que se originam nas áreas de ocupação mais antiga do País.

Uma outra questão relacionada à população ocupada na agricultura é a do aumento da sazonalidade do emprego rural, que se constitui num aspecto marcante da evolução recente da agropecuária no Brasil. A expansão das lavouras de caráter mercantil se fez acompanhar pelo processo de modernização da produção que, implicando a redução do tempo necessário para realização das diferentes fases do ciclo produtivo, conduz ao aumento do tempo de não-trabalho. Dessa forma, os trabalhadores temporários se tornam uma categoria de mão-de-obra que se adapta melhor às exigências da agricultura modernizada, o que se reflete na importância crescente que assumem esses trabalhadores no País. De fato, verificou-se que, no período 1970-80, o percentual de assalariados temporários no total de pessoas ocupadas na agricultura brasileira passou de 8,5 para 13,1%.

É importante lembrar que parte desses trabalhadores temporários é constituída pelos trabalhadores "volantes", que já constituíam, em 1980, 7,5% do pessoal ocupado na agricultura, correspondendo a 1.600.000 pessoas. A enorme instabilidade nas condições de emprego é o principal problema enfrentado por essa categoria de mão-de-obra, que geralmente se caracteriza por um nível de vida extremamente baixo, residindo sobretudo nas periferias urbanas mais pobres.

Assim, os problemas associados à organização agrária se rebatem nas cidades, aí incluídos pequenos e médios centros urbanos, entre eles alguns núcleos que se localizam em áreas de fronteira, nas quais se verifica uma urbanização precoce.

A questão agrária assume, assim, enorme relevância não apenas pelos aspectos relacionados às disparidades e aos conflitos que se intensificam nas áreas rurais, mas, também, pelas repercussões que passam a ter no contexto sócio-econômico mais amplo do País.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — BRITO, Maristella de Azevedo e MESQUITA, Olindina Vianna. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970-75. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 44(1): 3-49, jan./mar. 1982.
- 2 — BRITO, Sebastiana Rodrigues de; GUIMARÃES, Luis Sérgio Pires e INNOCENCIO, Ney Rodrigues. O trabalhador volante na agricultura. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 46(1): 5-78, jan./mar. 1984.
- 3 — D'INCAO, Maria da Conceição. *O "Bóia-Fria"; acumulação e miséria*. Petrópolis, Vozes, 1979. 154p.
- 4 — FIGUEIREDO, Adma Hamman; MESQUITA, Olindina Vianna e SILVA, Solange Tietzmann. O impacto desigual da modernização da agricultura no oeste do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 46(3/4): 425-550, jul./dez. 1984.
- 5 — GARRIDO FILHA, Irene. *O projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1980. 98p.
- 6 — GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 362p.
- 7 — HEES, Dora Rodrigues. Transformações técnicas e relações de trabalho na agricultura brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 45(1): 3-50, jan./mar. 1983.
- 8 — IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 249p.
- 9 — LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 135p.
- 10 — MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. São Paulo, Hucitec, 1980. 181p.
- 11 — REGIS, Norberto. Avaliando a prioridade agrícola. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 38(10): 111-2, out. 1984.
- 12 — RYFF, Tito. A cornucópia agrícola; mito e realidade. In: DAVID, Maurício Dias e TAVARES, Maria da Conceição. *A Economia Política da Crise*. Rio de Janeiro, Vozes/Achiané, 1982. 141p.
- 13 — SILVA, José Graziano da. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1978. 267p.
- 14 — ————. *O que é questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1982. 108p.

RESUMO

Esta comunicação corresponde a uma palestra realizada em reunião do Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH)⁴, com o objetivo de apresentar uma síntese sobre as transformações recentes do espaço agrário brasileiro. Inicialmente, aborda características gerais da evolução da agricultura, a partir da década de 70, enfatizando o papel do Estado como viabilizador das mudanças que se operaram nesse período. Em seguida, focaliza as alterações que se processaram na distribuição espacial das lavouras, através da análise de mapas elaborados com base em estatísticas recentes produzidas pelo IBGE, ressaltando os contrastes entre os padrões espaciais dos diferentes tipos de cultivos, bem como os fatores subjacentes a tais padrões. Considera, também, aspectos relativos à diferenciação espacial da organização agrária, exemplificando essa diferenciação através da análise de dados referentes a quatro Microrregiões Homogêneas — Araraquara (SP), Itapecuru (MA), Norte Mato-Grossense (MT) e Rondônia (RO) — que se inserem de maneiras bastante diversas no processo de expansão capitalista no País; salienta os contrastes que apresentam tais Microrregiões em termos de estrutura fundiária, utilização das terras e composição do pessoal ocupado na agricultura. Finalmente, ressalta alguns dos problemas sociais relacionados à organização agrária que vêm assumindo extrema gravidade, nas últimas décadas, em decorrência do modelo de crescimento da agricultura adotado no País.

A autora contou com a colaboração de uma equipe desse Departamento: Alenir Mendonça Veiga, Ângelo Jorge F. Pereira da Silva, Edna Oliveira Barreto, Elcy Teixeira de Assis e Silva, Francisco Felipe Filho, Roberto Silvestre Oliveira e Silva, Suzi de Mattos participaram do preparo de dados e do desenho preliminar das ilustrações; o desenho final das ilustrações foi realizado pelo Serviço de Apoio; a datilografia ficou sob responsabilidade de Solange Maria Batista Esteves. Agradece, ainda, a autora, as contribuições oferecidas por Ney Rodrigues Innocencio, através de discussões sobre aspectos abordados no texto.

⁴ Reunião de Consulta de Geografia, Rio de Janeiro, abril de 1986.